

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER – ESTADO DE SANTA CATARINA**

**WEBER ENGENHARIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 48.927.639/0001-43, com endereço a Rua Amandus Jacob, 266, Casa 01, Bairro Vila Nova, na Cidade de Joinville/SC, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas., vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que declarou a desclassificação de sua proposta no Processo Licitatório de Concorrência Eletrônica nº 44/2024, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos:

**1. DOS FATOS**

O processo licitatório em questão teve como objeto a execução para contratação de empresa especializada para construção de quadra de vôlei de areia e futebol suíço (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) na Escola Municipal Professor Emílio da Silva, localizado na Avenida 108 – Avenida dos Imigrantes s/n – Bairro Centro no Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos pertinentes, sendo a empresa Weber Engenharia uma das participantes.

A proposta apresentada pela licitante foi desclassificada sob o argumento de que os percentuais de tributos constantes no BDI diferiam daqueles adotados como referência pelo município, em especial a alíquota do ISS.

A decisão de desclassificação considerou que a variação da alíquota impactaria o valor final da proposta e, portanto, não seria passível de ajuste posterior. Entretanto, não foram considerados aspectos essenciais, como o fato de que a alteração dos tributos não modifica a formatação da proposta ou sua exequibilidade, respeitando os critérios de competitividade e de legalidade estabelecidos pela Lei 14.133/2021.

Ressalte-se que, ao considerar uma alíquota de ISS superior àquela definida como margem de referência pela prefeitura, a Weber Engenharia não apenas manteve

a transparência na apresentação de sua proposta, mas também proporcionou um benefício direto à Administração Pública, uma vez que contribuiu para uma arrecadação maior de tributos, incrementando os recursos municipais.

## **2. DA TEMPESTIVIDADE**

A intimação para interposição do recurso administrativo ocorreu no dia [02/10/2024], sendo o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 165 da Lei 14.133/2021. Assim, o presente recurso é tempestivo.

A contagem do prazo recursal considera os dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, conforme dispõe o art. 110 da Lei 8.666/93, aplicável de forma subsidiária à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei 14.133/2021.

## **3. DO DIREITO**

### **3.1. DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS TRIBUTOS NO BDI**

A alteração dos tributos na composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) pela Weber Engenharia, sem impacto na estrutura ou formatação da proposta, é justificável.

As variações nas alíquotas de tributos aplicadas, como o ISS, são compatíveis com a legislação vigente e refletem a realidade fiscal da empresa, sendo ajustadas para garantir a precisão dos custos envolvidos na execução do contrato.

A Lei 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, estabelece que as propostas apresentadas devem considerar todos os custos incidentes, respeitando as particularidades tributárias de cada empresa licitante.

A exigência de uniformidade nas alíquotas de tributos, ignorando o regime tributário específico de cada participante, pode configurar uma violação aos princípios da competitividade e da legalidade.

Além disso, a Administração Pública tem o dever de analisar as propostas de forma a buscar o melhor resultado econômico para o ente público, considerando as condições específicas de cada licitante.

No caso em questão, a Weber Engenharia ajustou sua alíquota de ISS conforme a realidade de seu enquadramento fiscal, sem que isso implicasse em

qualquer modificação da formatação original da proposta ou na exequibilidade dos serviços contratados.

O ajuste dos tributos na composição do BDI não representa alteração de elementos essenciais da proposta, mas sim uma adequação necessária para refletir a realidade tributária da empresa.

Tal adequação é um direito da licitante, uma vez que assegura a transparência na formação de preços e evita futuras inconsistências no cumprimento das obrigações fiscais durante a execução do contrato.

Ademais, o objetivo de garantir que os valores oferecidos sejam exequíveis e condizentes com os custos reais é assegurar que as propostas se mantenham viáveis ao longo de todo o período de execução do contrato.

Assim, a possibilidade de adequar os tributos no BDI é uma medida que preserva o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e respeita o princípio da razoabilidade.

Por fim, a decisão de desclassificação por conta da divergência na alíquota de ISS contraria o princípio da eficiência administrativa, uma vez que impede que uma proposta economicamente vantajosa para a Administração seja analisada em sua totalidade.

Isso prejudica a seleção da proposta mais benéfica ao município e pode resultar em uma contratação menos vantajosa.

### **3.2. DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO E DO BENEFÍCIO À ADMINISTRAÇÃO**

A aplicação de uma alíquota de ISS superior àquela prevista na tabela de referência resultou em um benefício direto ao município de Schroeder, na medida em que a Weber Engenharia recolheu um valor de tributo maior, incrementando a arrecadação municipal.

Tal fato não pode ser ignorado na análise do certame, uma vez que traz benefícios financeiros diretos ao ente público.

Ao aplicar uma alíquota mais elevada, a empresa demonstrou seu compromisso com a transparência fiscal, apresentando uma composição de preços que reflete a realidade de sua estrutura de custos.

Esse ajuste, longe de comprometer a proposta, reforça a conformidade com os preceitos de transparência e responsabilidade fiscal, valores que devem ser prestigiados em qualquer processo licitatório.

A manutenção da proposta da Weber Engenharia, ao contrário de gerar prejuízos ao município, proporciona uma vantagem financeira, uma vez que o recolhimento de ISS maior contribui para o aumento da receita pública.

Dessa forma, a decisão de desclassificação com base na variação da alíquota de ISS contraria o interesse público, uma vez que ignora o benefício concreto que a proposta oferece ao município.

A Administração Pública deve pautar suas decisões com base no interesse público e na busca pela proposta mais vantajosa, o que inclui considerar os efeitos econômicos decorrentes de um maior recolhimento de tributos.

A decisão de desclassificar a Weber Engenharia sem considerar esse aspecto implica em um formalismo excessivo, que acaba por penalizar a empresa que agiu de forma diligente e transparente.

A análise estritamente técnica do BDI, sem considerar o impacto positivo de uma arrecadação maior para o município, desvirtua o verdadeiro propósito da licitação, que é a obtenção da proposta mais vantajosa para o ente público.

O entendimento de que a variação na alíquota de ISS compromete a proposta desconsidera o ganho financeiro efetivo que advém dessa arrecadação, e contraria os princípios da administração eficiente e equilibrada.

Portanto, ao invés de desclassificar a Weber Engenharia, a Administração deveria valorizar a postura da empresa, que, ao apresentar um BDI ajustado à sua realidade tributária, demonstrou não apenas respeito ao certame, mas também uma visão comprometida com o interesse público e a sustentabilidade financeira do município.

### **3.3. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA EXIGÊNCIA DE BDI ADEQUADO**

O princípio da vinculação ao edital exige que os critérios estabelecidos no edital sejam observados ao longo de todo o processo licitatório, mas tal observância não deve ser confundida com uma interpretação excessivamente rígida e que desconsidere as particularidades de cada proposta.

A Weber Engenharia apresentou um BDI ajustado à sua realidade tributária, sem alterar a estrutura básica de sua proposta e em conformidade com os objetivos da licitação.

O ajuste da alíquota de ISS no BDI da Weber Engenharia não representou qualquer tentativa de modificar a essência da proposta apresentada.

Pelo contrário, refletiu uma adaptação à legislação tributária vigente, que, em última análise, proporcionou um benefício direto ao município, com o recolhimento de tributos em valores superiores ao mínimo exigido.

A interpretação excessivamente formalista do edital pode comprometer a competitividade do certame, afastando propostas que, em essência, são mais vantajosas para a Administração.

Ato conseqüente, o próprio TCU ressalta a necessidade de prever, no BDI, a taxa de lucro, a taxa de seguro e também os tributos relacionados, conforme a jurisprudência a seguir:

*A taxa de BDI deve ser formada pelos componentes: administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração do particular e tributos incidentes sobre a receita auferida pela execução da obra. Custos diretamente relacionados com o objeto da obra, passíveis de identificação, quantificação e mensuração na planilha de custos diretos (administração local, canteiro de obras, mobilização e desmobilização, dentre outros) , não devem integrar a taxa de BDI. Acórdão 2622/2013-Plenário*

O objetivo do processo licitatório deve ser a seleção da proposta que melhor atenda ao interesse público, e não a eliminação de propostas em razão de ajustes que não impactam negativamente o resultado final do contrato.

A exigência de um BDI padronizado para todos os licitantes desconsidera as diferenças tributárias que cada empresa enfrenta, especialmente em relação aos regimes de tributação adotados e às alíquotas aplicáveis.

A aplicação uniforme de alíquotas pode resultar em uma distorção da realidade econômica e financeira de cada licitante, prejudicando a transparência e a isonomia do certame.

O entendimento de que a apresentação de um BDI ajustado conforme a realidade fiscal de cada empresa é plenamente aceitável está em consonância com o dever da Administração de buscar a proposta mais vantajosa, além de garantir a execução do contrato com equilíbrio e segurança financeira.

Assim, a Weber Engenharia reforça que a sua proposta está plenamente de acordo com os preceitos legais e editalícios, sendo incorreta a decisão que a desclassificou por conta da divergência na alíquota de ISS.

A manutenção da proposta é medida que se impõe, por ser a que melhor atende aos princípios do interesse público, da legalidade e da eficiência.

Ademais a realização de diligências pela Administração Pública em processos licitatórios é um mecanismo essencial para garantir a escolha da proposta mais vantajosa ao interesse público.

O art. 59 da Lei nº 14.133/2021 prevê que a Administração pode adotar medidas para assegurar que as propostas sejam exequíveis, ou seja, que possam ser cumpridas dentro das condições estabelecidas.

Esse procedimento visa a preservar a integridade do processo licitatório e a assegurar que os serviços ou bens contratados atendam aos interesses da coletividade.

Em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), expresso no Acórdão 803/2024, a Administração Pública, incluindo os municípios, possui a prerrogativa de realizar diligências para averiguar a exequibilidade das propostas.

Tal prerrogativa se justifica especialmente em casos em que os preços apresentados pelos licitantes sejam inferiores a 75% do valor estimado, o que poderia indicar a possibilidade de inexequibilidade da proposta.

Assim, mesmo após a fase inicial de análise das propostas, é possível que o município solicite informações adicionais dos licitantes para verificar a capacidade de execução do contrato.

A abertura de diligências visa a proteger o interesse público ao permitir que a Administração realize um exame mais detalhado das condições oferecidas pelos licitantes.

Esse procedimento é crucial para garantir que a proposta selecionada seja, de fato, a que melhor atenda às necessidades do ente público, tanto em termos de qualidade quanto de economicidade.

Essa prática coaduna-se com os princípios da eficiência e da busca pelo melhor resultado na contratação, conforme previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A desclassificação de propostas com base em um excesso de formalismo, sem a realização de diligências para esclarecimentos, pode acarretar prejuízos significativos ao interesse público.

Em muitos casos, irregularidades formais não comprometem a exequibilidade da proposta e poderiam ser sanadas por meio de simples esclarecimentos ou ajustes.

A exigência de cumprimento estrito de formalidades, sem permitir a correção de pequenas falhas, ignora a necessidade de observar o princípio da razoabilidade e proporcionalidade na condução dos certames.

O TCU, no Acórdão 803/2024, reafirmou que a Administração Pública não deve adotar uma postura inflexível na análise das propostas, sob pena de frustrar a competição e limitar a obtenção de propostas mais vantajosas.

Ao possibilitar que o agente público realize diligências para avaliar a capacidade de execução dos licitantes, o TCU busca evitar situações em que o processo licitatório resulte em empate técnico ou em desclassificações injustificadas, que prejudicariam a obtenção do melhor preço e a prestação eficiente do serviço público.

A análise estritamente formal das propostas, com desclassificação automática de licitantes por questões menores, gera um ambiente de insegurança e afasta potenciais participantes. Isso contraria a própria finalidade da licitação, que é ampliar a competitividade e promover a melhor contratação para o interesse público.

Nesse sentido, a possibilidade de o município realizar diligências para sanar dúvidas ou inconsistências garante a transparência e a isonomia do certame, sem sacrificar a qualidade da contratação em prol de formalidades excessivas.

Além disso, a flexibilização das exigências formais, mediante a abertura de diligências, está alinhada com a própria Lei nº 14.133/2021, que em seu art. 72 estabelece que a Administração deve atuar de forma a garantir o máximo de competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Esse dispositivo reforça a ideia de que a Administração pode solicitar esclarecimentos e documentos complementares sempre que necessário para assegurar a correta execução do objeto licitado.

Nesse contexto, a postura proativa do município em realizar diligências fortalece a segurança jurídica do processo licitatório e evita futuras contestações de licitantes desclassificados indevidamente.

A abertura de espaço para que os licitantes demonstrem a exequibilidade de suas propostas, antes de qualquer decisão desclassificatória, reduz a possibilidade de

judicialização do certame e favorece o bom andamento das contratações, sem comprometer a celeridade do processo.

Diante do exposto, conclui-se que o município tem a prerrogativa de realizar diligências em qualquer fase do processo licitatório, desde que sejam necessárias para verificar a exequibilidade das propostas e garantir a obtenção do melhor resultado.

A desclassificação de propostas sem a devida análise, baseada unicamente em critérios formais, prejudica o interesse público, na medida em que limita a competitividade e inviabiliza a seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, é imprescindível que a Administração adote uma postura que privilegie a análise substancial das propostas, respeitando os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade na condução dos certames licitatórios.

#### **4. DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer-se:

a) A reforma da decisão que desclassificou a proposta da Weber Engenharia, reconhecendo a validade dos ajustes de tributos no BDI apresentados, uma vez que não comprometeram a exequibilidade da proposta nem a sua formatação;

b) A reanálise da proposta da Weber Engenharia, considerando o benefício gerado à Administração com a maior arrecadação de ISS, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa;

c) A convocação da Weber Engenharia para retomar o curso do certame, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como a observância da legalidade e da isonomia entre os licitantes.

Nestes termos, pede deferimento.





## &gt; Consulta Optantes

Data da consulta: 07/10/2024 21:00:40

## Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **48.927.639/0001-43**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **WEBER ENGENHARIA LTDA**

## Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 19/12/2022**Situação no SIMEI: **NAO enquadrado no SIMEI**[+ Mais informações](#)Programa Gerador do Documento de Arrecadação  
do Simples Nacional - Declaratório

Declaração Original

Período de Apuração: 01/01/2024 a 31/01/2024

## 1. Identificação do Contribuinte

CNPJ Matriz: **48.927.639/0001-43**  
Nome empresarial: **WEBER ENGENHARIA LTDA**  
Data de abertura no CNPJ: **19/12/2022**  
Optante pelo Simples Nacional: **Sim**  
Regime de Apuração: **Competência**  
Nº da Declaração: **48927639202401001**

## 1.1 CNPJ das filiais presentes nesta declaração:

Joinville/SC em 7 de outubro de 2024

**WEBER ENGENHARIA LTDA**  
**Representante Legal**